

# TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

TERÇA-FEIRA  
30 DE ABRIL DE 2024



EDIÇÃO  
DIGITAL



# PUBLICIDADE LEGAL

📞 ( 4 1 ) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

## SAFRAS AGROINDÚSTRIA S.A.

## Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
<b>Circulante</b>											
Disponível	4	30.036	64.078	30.513	64.240	Fornecedores	14	301.014	156.806	301.033	167.679
Contas a receber	5	187.741	47.762	187.743	68.409	Empréstimos e financiamentos	15	319.176	348.201	319.176	348.201
Instrumentos financeiros derivativos	6	135.955	112.113	135.104	112.657	Adiantamento de Clientes		117.482	34.141	117.482	34.142
Estoques	7	124.461	204.412	124.461	204.412	Obrigações sociais		1.840	1.792	1.840	1.792
Adiantamentos a fornecedor		105.468	38.664	105.468	38.665	Impostos e contribuições a recolher	16	570	4.811	570	4.811
Impostos a recuperar	8	133.470	152.828	133.470	152.859	Partes relacionadas		3.552	2.322	15.449	-
Partes relacionadas	9	79.150	25.435	77.945	19.034	Obrigações com terceiros		15.454	159	6	159
Despesas antecipadas		10.331	8.710	10.331	8.710	Arrendamento a pagar	13	6.257	-	6.257	-
		<b>806.612</b>	<b>654.002</b>	<b>805.035</b>	<b>668.986</b>			<b>765.345</b>	<b>548.232</b>	<b>761.813</b>	<b>556.784</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Impostos a recuperar	8	8.323	1.540	8.323	1.540	Empréstimos e financiamentos	15	90.090	139.732	90.090	139.732
Creditos a receber	10	1.233	113.211	1.233	113.211	Arrendamento a pagar	13	75.276	-	75.276	-
Títulos e valores mobiliários	11	2.064	2.473	2.064	2.473			<b>165.366</b>	<b>139.732</b>	<b>165.366</b>	<b>139.732</b>
Investimentos	12	1.955	6.432	-	-	<b>Patrimônio líquido</b>					
Imobilizado	13	71.590	2.833	71.590	2.833	Capital social	17.a	42.000	5.000	42.000	5.000
Arrendamento	13	81.533	-	81.533	-	Ajustes de avaliação	17.c	(436)	31	(436)	31
Intangível	13	513	513	513	513	Reservas de incentivos fiscais	17.d	31.677	88.009	31.677	88.009
		<b>167.211</b>	<b>127.002</b>	<b>165.256</b>	<b>120.570</b>	Lucro/Prejuízo acumulado	17.b	(30.129)	-	(30.129)	-
		<b>973.823</b>	<b>781.004</b>	<b>970.291</b>	<b>789.556</b>			<b>43.112</b>	<b>93.040</b>	<b>43.112</b>	<b>93.040</b>
<b>Total do ativo</b>						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>973.823</b>	<b>781.004</b>	<b>970.291</b>	<b>789.556</b>

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(30.129)	24.595	(30.102)	24.595
<b>Ajustes por:</b>					
Depreciação e amortização		506	420	506	420
Aumentos e variações cambiais apropriados sobre empréstimos e financiamentos		66.261	56.214	66.708	56.214
Resultado de equivalência patrimonial		4.007	(6.341)	-	-
Imposto de renda e Contribuição Social compensada		-	(215)	-	(215)
Variação no valor justo dos contratos de commodities		(23.842)	(94.964)	(22.447)	(95.487)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Redução (aumento) de contas a receber de clientes		(139.501)	(3.295)	(120.270)	(23.940)
Redução (aumento) de estoques		95.241	(38.900)	95.241	(38.901)
Redução de adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber		(66.804)	(32.828)	(66.803)	(32.859)
(Redução) aumento de adiantamentos de clientes		83.341	21.525	83.340	21.524
Redução (aumento) em partes relacionadas		(52.485)	(8.454)	(58.911)	(8.425)
Redução (aumento) de impostos a recuperar		12.575	(70.643)	12.606	(70.643)
Redução (aumento) de fornecedores		144.208	54.092	133.354	64.964
Aumento (redução) em obrigações sociais e fiscais		48	1.486	48	1.487
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher		(4.241)	(15.443)	(4.241)	(15.443)
Juros pagos s/ empréstimos		(73.921)	(46.552)	(73.921)	(46.552)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>15.264</b>	<b>(159.304)</b>	<b>15.109</b>	<b>(163.261)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>					
Títulos e valores mobiliários		409	(600)	409	(600)
Aquisição de imobilizado e intangível		(69.283)	15.345	(69.283)	15.345
Baixa de imobilizado e intangível		19	(1)	19	(1)
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas		-	(30)	-	-
Creditos a receber		111.978	(113.211)	111.978	(113.211)
Investimentos/Intercompany		(470)	(4.071)	-	-
Arrendamento a pagar		-	-	-	-
<b>Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento</b>		<b>42.653</b>	<b>(102.568)</b>	<b>43.123</b>	<b>(98.467)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>					
Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros		647.814	1.677.958	647.814	1.677.958
Pagamento de empréstimos e financiamentos com terceiros		(718.821)	(1.371.707)	(718.821)	(1.371.707)
Despesas antecipadas - Custo estr. CRA		(1.621)	-	(1.621)	-
Dividendos		(19.331)	-	(19.331)	-
<b>Caixa proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>(91.959)</b>	<b>306.251</b>	<b>(91.959)</b>	<b>306.251</b>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(34.042)</b>	<b>44.379</b>	<b>(33.727)</b>	<b>44.523</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		64.078	19.699	64.240	19.717
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		30.036	64.078	30.513	64.240
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(34.042)</b>	<b>44.379</b>	<b>(33.727)</b>	<b>44.523</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(30.129)	24.595	(30.102)	24.595
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(30.129)</b>	<b>24.595</b>	<b>(30.102)</b>	<b>24.595</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos Fiscais	Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.000</b>	<b>7.229</b>	<b>56.185</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>68.445</b>
Ganho na conversão de balanço de controlada no exterior	-	-	-	-	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	24.595	-	-	24.595
Reserva de incentivos fiscais	-	(7.229)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.000</b>	<b>-</b>	<b>88.009</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>93.040</b>
Aumento de capital	37.000	-	(37.000)	-	-	(0)
Perda na conversão de balanço de controlada no exterior	-	-	-	-	(467)	(467)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(30.129)	-	(30.129)
Lucros e dividendos distribuídos	-	-	(19.331)	-	-	(19.331)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>42.000</b>	<b>-</b>	<b>31.677</b>	<b>(30.129)</b>	<b>(436)</b>	<b>43.112</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	18	1.454.989	2.224.096	1.788.258	2.597.278
Custo das vendas	19	(1.444.697)	(2.111.484)	(1.781.852)	(2.478.302)
<b>Lucro bruto</b>		<b>10.292</b>	<b>112.612</b>	<b>6.406</b>	<b>118.976</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(34.689)	(33.135)	(34.751)	(33.163)
Outras receitas/ despesas operacionais, líquidas	20	71.580	153	71.580	153
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>47.183</b>	<b>79.630</b>	<b>43.235</b>	<b>85.966</b>
Receitas Financeiras	21	57.042	91.856	57.044	91.879
Despesas Financeiras	21	(130.347)	(153.448)	(130.382)	(153.466)
		<b>(73.305)</b>	<b>(61.592)</b>	<b>(73.337)</b>	<b>(61.587)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12	(4.007)	6.342	-	-
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(30.129)</b>	<b>24.380</b>	<b>(30.103)</b>	<b>24.379</b>
Imposto de renda e contribuição social	22	-	215	-	215
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(30.129)</b>	<b>24.595</b>	<b>(30.102)</b>	<b>24.595</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Diretoria:

Pedro de Moraes Filho

Contador/Procurador:

Douglas Pereira Machado

Contador - CRC PR 057824/O-1

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da SAFRAS AGROINDÚSTRIA S.A. Curitiba - PR

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da SAFRAS Agroindústria S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAFRAS Agroindústria S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à SAFRAS Agroindústria S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a SAFRAS Agroindústria S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar SAFRAS Agroindústria S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúcio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da SAFRAS Agroindústria S.A.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da SAFRAS Agroindústria S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a SAFRAS Agroindústria S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Curitiba, 23 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 PR 006853/F-9

*Maria Bernardino de Albuquerque*

Maria Bernardino de Albuquerque  
Contadora CRC SP 143624-O/T - S - PR

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

**1.Contexto operacional**

A SafRAS Agroindústria S.A. ("Companhia" ou "SafRAS") foi constituída em 25 de abril 2001. A Companhia está sediada na Rua Mariano Torres, nº 729, sala 1201, bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná e tem como principal atividade a produção e comercialização de soja e milho em grãos (trading), nos mercados interno e externo.

Ao final do exercício de 2011 os, então quotistas da SafRAS, decidiram criar uma Off Shore da SafRAS, com sede no Panamá, sendo instituída assim a SafRAS Assets International S.A., com capital social de US\$ 10 mil, subscritos e integralizados em 29 de fevereiro de 2012 e tendo como principal atividade a comercialização de grãos no mercado externo. A SafRAS possui 100% deste investimento.

Em outubro de 2014 os quotistas da SafRAS decidiram constituir uma nova empresa de armazenagem e estufagem de grãos localizada em Garuva-SC a qual passou a se chamar Lexgranos Comercial Paranaense Agrícola LTDA. (atualmente, sem operações e, portanto, inativa). Em outubro de 2015 a SafRAS adquiriu 9,99% das quotas passando a possuir 99,99% do investimento nesta entidade.

Em 2017 o sócio majoritário optou por interromper as atividades da Companhia, e os demais sócios não sinalizaram interesse pela continuidade das operações.

Exceto por algumas transações pontuais, a referida interrupção se estendeu até agosto de 2019. Entretanto, o cenário positivo no agronegócio, a partir de setembro de 2019, motivou, naquele ano, os sócios pela retomada nas operações, assim o sócio José Enrique Marti Traver reatou a matriz e suas filiais, bem como estruturou o quadro de colaboradores.

Adicionalmente, retomou o relacionamento junto a clientes e fornecedores. No final do terceiro trimestre de 2019, o sócio Luiz Felipe de Freitas Ino ingressou na sociedade, para comprar além do quadro societário a Administração da Companhia. Em 2021 o sócio Juliano Andrade Vorraber ingressou na sociedade para compor a Administração da Companhia.

Em 2

tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de abril de 2023

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Companhia revisa mensalmente suas estimativas e premissas.

#### 2.2. Conversão de moeda estrangeira

##### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas dastranções ou nas datas da avaliação.

#### 3. Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

##### 3.1. Instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

##### 3.2. Instrumentos financeiros

###### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

###### (ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes) Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria.

#### Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativo	Descrição
-------	-----------

Ativos financeiros a VJR  
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado  
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA  
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA  
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### (iii) Desreconhecimento

##### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transferir ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

##### (iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao

risco de variação nos preços de commodities.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

Todos os Contratos de Compra e Venda efetuados pela Companhia são valorizados a preço de mercado utilizando as cotações de CBOT (*Chicago Board Of Trading*) no último dia de operação do mês, ajustando todos os prêmios portuários com base em cotações de corretoras e os respectivos custos de movimentação do produto compra ou venda.

##### 3.3. Investimentos

O investimento nas Empresas controladas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Companhia.

##### 3.4. Imobilizado

###### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

###### (ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

###### (iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Descrição	Taxa
Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.
Equipamentos de telefonia	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	20% a.a.
Benefiteiras em Imóveis de Terceiros	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Sistemas e Aplicativos	20% a.a.

#### Redução ao valor recuperável ("Impairment")

##### (i) Ativos financeiros não derivativos

##### Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

##### Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

##### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

##### Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

##### Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa de valor baixado.

No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

##### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

##### 3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

##### 3.6. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### 3.7. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida pela emissão das notas fiscais de venda as quais estão baseadas em contratos pré-estabelecidos.

##### 3.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, ganhos com *hedge* financeiro, variações cambiais ativas e atualizações monetárias sobre créditos tributários.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, perdas com *hedge* financeiro e perdas com variações cambiais passivas.

#### 3.9. Imposto de Renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

##### 3.10. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

##### (i) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos estão descritos abaixo:

Operações de compra e venda de commodities: estimados com base nos níveis de preços futuros, disponibilizados por meio de informativos obtidos da CBOT (*Chicago Board of Trade*), tomando por base a melhor informação para cada tipo de commodity.

##### (ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

##### 3.11. Normas e interpretações ainda não efetivas

As novas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Empresa ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras.

##### a) Alterações ao CPC 26 (R1) - classificação do passivo como circulante ou não circulante e – passivo não circulante com covenants

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

##### b) Alterações ao CPC 03 e CPC 40- acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado")

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos

**Realização dos créditos fiscais**

Para o ICMS, a Administração acumulou crédito constituído através de suas operações próprias e com terceiros, substancialmente referente a filial de Bebedouro. O crédito acumulado na filial de Bebedouro/SP referente a 2021 a 2023 foram solicitados pedidos de transferência à SEFAZ/SP, o valor referente ao saldo credor em conta gráfica de 2021 na citada filial (14.736) foi homologado e deferido pelo órgão competente no valor de (14.699). O valor referente ao saldo credor em conta gráfica de 2022 na citada filial (36.097) foi homologado e deferido pelo órgão competente no valor de (32.690). O valor referente ao saldo credor em conta gráfica em maio de 2023 na citada filial (40.730) foi homologado e deferido pelo órgão competente no valor de (2.964), demais meses de 2023 encontra-se em processo de homologação e posteriormente será objeto de pedido de transferência de créditos solicitado à SEFAZ/SP conforme portaria CAT 83.

Para o PIS e COFINS, a Administração considera as seguintes possibilidades: (i) utilização via compensação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente amparada pela legislação federal aplicável com PER transmitida; e (ii) ressarcimento em espécie via antecipação (50% exportação) e (70% crédito presumido) conforme portaria 348/2010, sendo recebido em 26/10/2023 antecipação de 50% do processo do 2º trimestre/2023; (iii) a outra parte do saldo aguarda o prazo de 360 dias após o envio da PER, para análise da Receita Federal que em 2023 encontra-se em (48.240). Desse montante teríamos para abril/2023 (8.977) que entrou para análise em novembro/2023, temos para janeiro/2024 (15.610), temos para abril/2024 (1.382), temos para julho/2024 (15.100) e para outubro/2024 o valor integral sem antecipações de (7.170).

**Partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2023				Total
	Safra S/A.	Pedro de Moraes Filho	Dilceu Rossato	Juliano Andrade Vorraber	
<b>Ativo circulante</b>					
Adiantamentos a quotistas (i)	77.375	570	-	-	<b>77.945</b>
					<b>77.945</b>

1	2022				Total
	Copagri Inc.	José Enrique Marti Traves	Luiz Felipe de Freitas Ino	Juliano Andrade Vorraber	
<b>Ativo circulante</b>					
Adiantamentos a quotistas (i)	-	10.687	5.361	2.987	<b>19.034</b>
					<b>19.034</b>

(i) A Companhia, por decisão dos seus administradores, efetuou adiantamento para acionistas por conta de futura distribuição de dividendos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Copagri Inc.	1.205	6.401	77.945	19.034
Adiantamento a quotistas	77.945	19.034	-	-
	<b>79.150</b>	<b>25.435</b>	<b>77.945</b>	<b>19.034</b>

Como parte do acordo de compra e venda das Cotas da Safra dos novos sócios, Pedro De Moraes Filho e Dilceu Rossato, ambos sócios da D&P Participações Ltda. na data de 13 de julho e 30 de setembro de 2023 por força do Instrumento Particular de Obrigação e Indenização se comprometeram a indenizar a Copagri em R\$ 117.375 milhões através de nota promissória com vencimento até a data de 01/09/2024 (podemos ocorrer antes da data limite) relativos aos investimentos realizados pela Safra na fábrica em função do contrato de arrendamento junto a Allos Participações e Investimentos S.A. Em 31/10/23 a Cia recebeu R\$ 40 milhões, permanecendo saldo a aberto a ser liquidado de R\$ 77.375 milhões.

As transações acima foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das partes como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros/não relacionados.

**10. Créditos a receber**

O saldo é composto dos seguintes valores:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos e Cauções	119	7.889	119	7.889
Empréstimos a Terceiros PF	510	-	510	-
Adiantamento de Arrendamento (i)	-	83.881	-	83.881
Despesas Prê Operacionais - Fábrica (ii)	-	21.336	-	21.336
Consórcio A Contemplar - Imóveis	604	105	604	105
	<b>1.233</b>	<b>113.211</b>	<b>1.233</b>	<b>113.211</b>

(i) Investimentos realizados na fábrica a qual a Copagri está arrendando da massa falida da Olivepar, em nome de Allos Participações e Investimentos. Futuramente os valores alocados como adiantamento de arrendamento serão descontados do contrato quando entrar em vigência. O contrato terá prazo de vigência de 84 meses iniciando a partir da finalização da reforma da Fábrica viabilizando a produção em sua capacidade plena.

(ii) Despesas incorridas durante o ano de 2022 para Constituição da Unidade Fabril arrendada da Massa Falida Olivepar, que serão diluídas de acordo com a vigência do Contrato de Arrendamento conforme demonstrado no item i).

**11. Títulos e valores mobiliários**

O saldo é composto dos seguintes valores:

Instituição	Natureza	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Caixa Vida e Previdência S.A.	Previdência	464	850	464	850
BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.	Previdência	1.600	1.623	1.600	1.623
		<b>2.064</b>	<b>2.473</b>	<b>2.064</b>	<b>2.473</b>

Os títulos reconhecidos no ativo, referem-se às previdências privadas realizadas cujos beneficiários são os sócios da Companhia.

**12. Investimentos**

**(i) Composição do saldo**

	Controladora		Total
	2023	2022	
<b>Investimentos por equivalência patrimonial</b>			
Safra Assets Intec.	1.955	6.398	
Lexgranos Comercial Paranaense Agrícola S.A.	-	34	
	<b>1.955</b>	<b>6.432</b>	

**(iii) Movimentação do investimento no exercício**

Saldo em 31 de dezembro de 2022	Safra Assets.	Lexgranos Comercial Paranaense Agrícola S.A.	Total
	6.398	34	6.432
Resultado na conversão de balanço da controlada no exterior	(436)	-	(436)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.007)	-	(4.007)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.955</b>	<b>-</b>	<b>1.955</b>

**13. Imobilizado e intangível**

**Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos**  
De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia identificou a necessidade da realização do teste de impairment diante do cenário evidenciado. Dessa forma, a Administração realizou análises para identificar se os valores recuperáveis desses ativos seriam inferiores aos seus valores contábeis. Após tais análises, a Administração não identificou a necessidade de constituição de provisão para perda.

**(i) Composição do saldo**

Taxa anual de depreciação	2023				2022
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Equipamentos de processamento de dados	20%	629	(261)	368	500
Equipamentos de telefonia	10%	29	(14)	15	19
Benefiteiras em Imóveis de Terceiros	10%	172	(42)	130	147
Móveis e utensílios	10%	1.606	(353)	1.253	1.179
Veículos	20%	412	(182)	230	313
Equipamento de Laboratório	10%	763	(125)	638	-
Fábrica em Andamento	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10%	-	-	-	674
Escritório em Andamento	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	-	-	-	-	-
Sistemas e Aplicativos	10%	568	(105)	463	513
Benefiteiras em imóveis de terceiros	-	69.006	-	69.006	-
Fábrica Arrendamento em Fábrica	-	81.533	-	81.533	-
		<b>154.718</b>	<b>(1.082)</b>	<b>153.636</b>	<b>3.346</b>

**Movimentação do imobilizado**

	2022	Adições	2023		2023
			(-) Baixas	(-) Depreciação	
Equipamentos de processamento de dados	500	2	(19)	(115)	368
Equipamentos de telefonia	19	1	-	(6)	14
Benefiteiras em Imóveis de Terceiros	147	-	-	(17)	130
Móveis e utensílios	1.179	230	-	(155)	1.254
Veículos	313	-	-	(82)	231
Equipamento de Laboratório	674	37	-	(74)	637
Escritório em Andamento	-	-	-	-	-
Sistemas e Aplicativos	513	7	-	(57)	463
Benefiteiras em imóveis de terceiros	-	69.006	-	-	69.006
Fábrica Arrendamento em Fábrica	-	81.533	-	-	81.533
	<b>3.346</b>	<b>150.816</b>	<b>(19)</b>	<b>(506)</b>	<b>153.636</b>

(i) A Após as alterações sofridas no contrato de arrendamento de Allos e Safra, a partir de 01/09/2023 a Copagri passou a reconhecer em suas demonstrações financeiras o saldo da conta dos investimentos realizados na fábrica a título de **Benefiteiras em Imóveis que Terceiros** que passarão a ser amortizados em virtude a realização do novo aditivo e prazos do contrato de arrendamento ou seja, em 88 parcelas mensais com início em 01/04/24 e

término em 31/07/2031.

**Garantias**

Não existem bens dados em garantia.

**14. Fornecedores**

O saldo de fornecedores é composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de Mercadorias	281.668	117.977	281.668	128.850
Fornecedores diversos	19.344	38.829	19.365	38.829
	<b>301.014</b>	<b>156.806</b>	<b>301.033</b>	<b>167.679</b>

Sendo a composição por vencimento a seguinte:

	Valor	
	2023	2022
<b>Fornecedores de Mercadorias</b>		
Vencidos	199.326	80.257
Vencimento em até 30 dias	80.257	652
Vencimento em até 60 dias	1.354	-
Vencimento em até 90 dias	79	-
	<b>281.668</b>	

**Fornecedores Diversos**

	Valor	
	2023	2022
Vencidos	1.346	16.181
Vencimento em até 30 dias	1.746	70
Vencimento em até 60 dias	13	9
Vencimento em até 90 dias	9	-
Vencimento acima de 180 dias	-	-
	<b>19.365</b>	

**Total**

**15. Empréstimos e financiamentos**

O saldo é composto dos seguintes valores:

Moeda	Natureza	Taxa	2023		2022	
			Valor	Valor	Valor	Valor
DOLAR	ACC	4,65% a 11,53% a.a	114.878	127.426	-	-
DOLAR	ANTECIPACOES	22,80% a 28,80% a.a	5.040	18.262	-	-
REAL	ANTECIPACOES	22,80% a 28,80% a.a	67.852	66.347	-	-
REAL	CAPITAL DE GIRO	18% a 22,80% a.a	-	2.319	-	-
REAL	CCB	11,28% a 22% a.a	50.106	11.241	-	-
REAL	CCE	5,98% a 23,81% a.a	26.954	33.332	-	-
REAL	CPR	19,56% a 20,84% a.a	14.881	51.218	-	-
REAL	CRA	19,15 a.a	37.500	36.236	-	-
REAL	FGI	12,54% a.a	-	361	-	-
REAL	LEASING	19,75% a.a	1.921	1.376	-	-
REAL	FINANCIAMENTO	17,28 a.a	45	61	-	-
			<b>319.176</b>	<b>348.201</b>		

Moeda	Natureza	Taxa	2023		2023	
			Valor	Valor	Valor	Valor
REAL	CCB	11,28% a 22% a.a	8.917	9.382	-	-
REAL	FGI	12,54% a.a	-	-	-	-
REAL	LEASING	19,75% a.a	320	1.987	-	-
REAL	FINANCIAMENTO	17,28 a.a	22	65	-	-
REAL	CCE	5,98% a 23,81% a.a	5.831	13.717	-	-
REAL	CRA	19,15 a.a	75.000	114.561	-	-
			<b>90.090</b>	<b>139.732</b>		

**Compromissos ("covenants")**

A Companhia possui contrato de empréstimo relacionado ao CRA – (Certificado de recebíveis do agronegócio) que contém cláusulas de índices financeiros, riscos e governança corporativa, na qual assegura o cumprimento dos compromissos firmados através desse contrato. Com relação aos Índices financeiros, a Companhia tem para com o credor obrigações comprobatórias de análise à partir de junho de 2023, no qual será comparado ao período de um ano.

I. Dívida Bruta máxima não poderá ser superior a R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

II. O valor da dívida líquida (compostas por empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos o disponível) não deve exceder em 3 vezes o valor do EBITDA (resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação dos acionistas minoritários).

III. A partir de 01 de setembro de 2023 os juros (remuneração CPR) passaram a ser de 6,50% (anterior 5,50%) ao ano acrescidos de 100% da taxa DI.

**Garantias**

As garantias dadas a estas operações referem-se a avalis prestados pelos acionistas, recebíveis performados com clientes e referem-se a operações estruturadas na qual os estoques da Companhia são dados em garantia.

**16. Impostos e contribuições a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS	303	3.642	303	3.642
ISS	1	-	1	-
IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Impostos terceiros	266	1.169	266	1.169
	<b>570</b>	<b>4.811</b>	<b>570</b>	<b>4.811</b>

O saldo a recolher referente ao ICMS refere-se a saldo em conta gráfica fiscal das diferenças entre entradas (créditos) e saídas (débitos) da filial (Cuiabá/MT). O saldo a recolher referente a impostos terceiros são impostos retidos de prestadores, fundos estaduais como o FETHAB e IAGRO são retidos dos produtores e repassados a Receita Estadual.

**17. Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é composto de 5 milhões de ações ordinárias nominais, com valor nominal de R\$ 8,40 (oito reais e quarenta centavos) cada uma, tendo sido integralizadas em moeda corrente do país.

Acionistas	Participação	Ações		Capital
		2023	2022	
Dilceu Rossato	50,00%	2.500.000	21.000	
Pedro de Moraes Filho	50,00%	2.500.000	21.000	
	<b>100,00%</b>	<b>5.000.000</b>	<b>42.000</b>	

**b. Reservas de lucros**

Refere-se aos prejuízos acumulados até dezembro de 2023, no qual está aguardando a deliberação dos acionistas para a sua absorção. A distribuição de lucros é feita nos termos do estatuto, mediante aprovação dos quotistas da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve distribuição de lucros. Em 2023 houve a distribuição de R\$ 19.331 mil.

**c. Ajustes de avaliação patrimonial**

Refere-se aos ajustes acumulados de conversão das diferenças de moeda estrangeira, decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de operações no exterior.

**d. Reserva de incentivos fiscais**

O saldo de R\$ 31.677 mil em 31 de dezembro de 2023 refere-se a incentivos fiscais caracterizados como subvenção para investimento de acordo com art. 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, segundo a qual a subvenção para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedida como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não será computada na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais).

**18. Receita operacional líquida**

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2023	2023	2023
Vendas de mercadorias - mercado interno	1.310.447	1.111.912	1.310.453	1.111.912
Vendas de mercadorias - mercado externo	118.522	1.387.354	451.784	1.760.536
Serviços prestados – mercado interno	128.091	119	128.091	119
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>1.557.060</b>			

TBR300424 pdf

Código do documento 33970313-3968-4123-8677-b60fb63f1fdb



## Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105  
Certificado Digital  
tppubleg@tribunadoparana.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 29 Apr 2024, 22:07:14

Documento 33970313-3968-4123-8677-b60fb63f1fdb **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-04-29T22:07:14-03:00

### 29 Apr 2024, 22:07:47

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-04-29T22:07:47-03:00

### 29 Apr 2024, 22:08:18

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105  
**Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.143.96 (bfb18f60.virtua.com.br porta: 59218).  
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE\_ATOM: 2024-04-29T22:08:18-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):b9c4eb15fa141a7c12d42af832fc5871853c644c4ced4641ae33609085ccc350

(SHA512):1d1723d9b2e1cadf0a633bd40dc801ba0a11b47c4f2dbadf7af945ffa96120814de172f3973bd4d4280dadb12648697d6033cd90539bae309547bafb71ea1c2

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**